Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Técnico Educador Social

Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Técnico Educador Social

Ata n.º 4
Nota Retificativa - legislação e bibliografia

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis reuniu, na sede do Agrupamento de Escolas Gil Paes, o júri do procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria geral de Técnico – Educador Social, constituído por Rute Salomé do Nascimento Estácio Geraldes, na qualidade de Presidente, Maria da Glória Trindade Simplício Ferreira e Paula Cristina Mota Ferreira Léo, na qualidade de vogais efetivos, no sentido de retificar a informação relativa à legislação e bibliografia constante na ata nº 1 que, por lapso, não corresponde à que consta na BEP.

Assim, retifica-se a referida legislação e bibliografia:

Constituição da República Portuguesa (CRP)*

Lei Geral do Trabalho em Funções Pública (LGTFP)*

Novo Código do Processo Administrativo (CPA) *

*Nas respetivas versões atuais

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2017). Orientação ao longo da vida nos Centros Qualifica: Guia metodológico. ANQEP.

Assembleia da República. (1999). Lei n.º 147/99, de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República.

Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal. APSS.

Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (2021). Código deontológico do/a técnico/a superior de educação social. APTSES.

Bronfenbrenner, U. (1979). The ecology of human development: Experiments by nature and design. Harvard University Press.

Council of Europe. (2023). Compass: Manual for human rights education with young people (2nd ed., updated in 2023). Council of Europe Publishing.

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro: Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos. Diário da República, 1.ª série, n.º 21, 20–31.

Epstein, J. L. (2018). School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools (2nd ed.). Routledge.

European Commission, Directorate-General for Education and Culture. (2015). A whole school approach to tackling early school leaving: Policy messages. Publications Office of the European Union.

European Commission. (2004). Project cycle management guidelines. European Commission. OECD. (2012). Equity and quality in education: Supporting disadvantaged students and schools.

OECD Publishing.

Pereira, F. (Coord.), Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., Azevedo, H., Fonseca, H., Micaelo, M., Reis, M. J., Saragoça, M. J., Carvalho, M., & Fernandes, R. (2018). Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro: Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento. Diário da República.

Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Diário da República.

O júri,

A Presidente

Rute Salomé do Nascimento Estácio Geraldes

Rute Salomé Geraldes

1ª vogal efetiva

Maria da Glória Trindade Simplício Ferreira

Maria da Glória Trindade S Ferreira

2ª vogal efetiva

Paula Cristina Mota Ferreira Léo